Editorial

De pesquisas e pesquisadores



Marco Antonio Guimarães da Silva*

Ainda que tenha iniciado as minhas atividades de pesquisa em meados da década de 70, somente no início dos anos 80 as vinculei aos órgãos oficiais de fomento à pesquisa, especificamente o CNPq. Eram, então, muito poucos os que faziam pesquisa naquela época, e o referido órgão admitia, para as áreas ditas carentes, que professores de universidades federais, com alguma experiência em pesquisa, orientassem professores de outros estados. Tal fato deu-me a grata oportunidade de manter contatos com colegas de algumas regiões do país, que buscavam iniciar-se na pesquisa e que haviam me convidado para orientá-los. Os anos passaram, a estrutura do CNPg sofreu mudanças e atualmente, para sorte nossa, podemos contar com inúmeros órgãos de apoio, dentre os quais vale a pena citar a CAPES, a FINEP, o CNCT e, principalmente, os sistemas estaduais de amparo à pesquisa (FAPERJ, FAPESP, FAPERG, etc). Todos esses órgãos contam com assessores externos que julgam os projetos de pesquisa, as solicitações de bolsa para cursos de pós-graduação no país e exterior e diversos outros tipos de auxílio financeiro. Ao proceder a análise e julgamento dos processos que lhe chegam às mãos, um assessor externo pode conhecer melhor o perfil daqueles que fazem pesquisa no país.

O tema pesquisa leva-me a mencionar a excelente iniciativa da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR - que está organizando o Iº Congresso Brasileiro de Pesquisa em Fisioterapia, em abril/maio de 2001, sendo que alguns trabalhos a Revista Fisioterapia Brasil se encarrega de publicar neste número. Minha maior expectativa em relação ao evento é que as discussões sobre os rumos da pesquisa em fisioterapia, que efetivamente serão debatidas em duas mesas redondas, sejam amplamente divulgadas e sirvam de premissas para novas discussões ainda mais amplas. Não posso deixar de mencionar, contudo, minha surpresa por não ter encontrado entre os participantes nenhum daqueles colegas do norte-nordeste que há quase vinte anos me haviam convidado, através do CNPq, para orientar seus trabalhos de investigação. Também senti falta de colegas de outras regiões do país, cujos trabalhos científicos julguei como assessor externo, podendo, portanto, atestar a qualidade de suas produções. Tenho certeza de que a UFSCAR tentou trazê-los e que, talvez, por compromissos já assumidos, eles não tenham podido comparecer. Oxalá os encontre no segundo Congresso.

Tudo isso me fez refletir sobre os critérios e procedimentos que devem ser adotados para julgar os projetos de pesquisa dos colegas, ou para incluir este ou aquele pesquisador na lista dos conferencistas de nossos congressos. Não resta dúvida de que a isenção e a imparcialidade são a única resposta a essas reflexões. Mas a questão maior é saber se esses preceitos estão sendo respeitados. Vejamos. Há alguns anos atrás, chegou-me às mãos para julgamento um projeto de pesquisa de pós-doutorado no exterior, cujo autor solicitava auxilio a um órgão de fomento. O projeto em questão, sob meu ponto de vista, não poderia ser aprovado. Fiz contato com a agência financiadora, que me sugeriu que revisse o meu julgamento; é importante ressaltar que houve apenas uma sugestão (felizmente todos os órgãos são imparciais e aceitam a posição do assessor), sob a alegação de que a nossa área apresentava pouca massa crítica, de que se tratava de uma área carencial, com poucas solicitações de apoio à pesquisa. Sensibilizado pelas colocações feitas, fiz as modificações que achava pertinentes e que possibilitariam a execução do projeto e aprovei a pesquisa. Por coincidência, enquanto realizava este julgamento, um projeto meu de pesquisa estava, no mesmo período, sendo avaliado por assessores externos. Minha solicitação, entretanto, foi negada com o argumento de que não alcançara a prioridade para sua execução. Espantou-me tal decisão, uma vez que eu tinha, naquele mesmo período, como acabo de relatar, recebido informações de que havia poucas solicitações na área. Pedi, portanto, explicações, e o órgão em questão disse-me que haviam discutido meu caso e que se eu fizesse uma carta, reconsiderariam e aprovariam o meu projeto. Não fiz a carta, porque sabia que o plano de trabalho que apresentara estava, sob o ponto de vista

cientifico, correto e conseguiria atingir os objetivos propostos. Contudo, o projeto em questão, sem o apoio solicitado, foi executado e concluído, acabando por ganhar um prêmio de U\$ 5.000,00 como melhor trabalho de pesquisa apresentado a um Simpósio Internacional de Dor, no ano de 1999 (julgamento cego com júri composto por 6 médicos professores doutores da USP, professores Doutores da Escola Paulista de Medicina e professores Doutores da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo). Os fatos parecem evidenciar que estavam equivocados o órgão fomentador e os assessores que emitiram seus pareceres. O desdobramento do projeto executado acabou ainda por receber uma bolsa de U\$15.000,00 do exterior, tendo concorrido com projetos de todo o mundo. Tais equívocos lamentavelmente ocorrem, tanto na fisioterapia quanto nas outras áreas, mostrando que a imparcialidade e a isenção não são via de regra.

No que se refere à inclusão de nomes de conferencistas para os nossos congressos, além da natural isenção e imparcialidade na escolha dos nomes, os critérios podem variar, pois devem ser consideradas as circunstâncias temáticas relacionadas à natureza do evento. Com relação ao Congresso de pesquisa que a UFSCAR promove, vale a pena ressaltar que as contribuições seriam ainda maiores se a comissão organizadora tivesse formalizado convite a todos os pesquisadores Doutores que trabalham como docentes em cursos de mestrado recomendados pela CAPES ou àqueles que efetivamente apresentam produção cientifica. A referência a professor doutor e a mestrado recomendado pela CAPES ampara-se na seguinte argumentação: a) o objetivo do doutorado é o de participar do ciclo formativo do pesquisador, entendendo-se desta forma que somente após o seu doutoramento estaria o professor apto à pesquisa; b) as exigências impostas pela CAPES para recomendar um curso de Mestrado levam o professor doutor a ter uma produção científica ativa bastante significativa.

Espero que o próximo Congresso Brasileiro sobre pesquisa esteja atento a esse fato e busque as sugestões e as experiências de todos aqueles fisioterapeutas efetivamente responsáveis pela pesquisa no país.

ERRATA

Fisioterapia Brasil 2000, volume 1, número 2, novembro/dezembro de 2000:

Página 85: No artigo "Determinação da histamina no coração de ratos exercitados", precisa-se fazer as correções seguintes:

- na página 85, no resumo e no abstract onde lê-se mg/g, com respeito as unidades dos valores da histamina (HA) cardíaca, leia-se μg/g.
 Onde lê-se p < 0,05, leia-se p ≤ 0,05. O critério de significância estatística adotado foi de p ≤ 0,05 como descrito na página 87.
- na página 87, em Procedimento e técnica histológica onde lê-se 07 mm, com respeito as unidades dos cortes transversais das fibras musculares, leia-se 07 μm.
- na página 88, na Tabela 1 onde lê-se mm², com respeito as unidades
- das áreas das secções transversais das fibras musculares, leia-se μ m². na página 88, na Tabela 2 onde lê-se mg/g, com respeito as unidades dos valores da histamina cardíaca, leia-se μ g/q.
- na página 89, na discussão da Concentração de HA no coração onde lê-se mg/g, com respeito as unidades dos valores da histamina cardíaca, leia-se μg/g.

Página 101: O artigo Morbidade após o tratamento para câncer de mama, de Anke Bergmann, Inês Echenique Mattos, Rosalina Jorge Koifman, Sérgio Koifman é um artigo original e não um artigo de revisão.